

FICHA DO CONTRADITÓRIO

AVALIAÇÃO TEMÁTICA SOBRE “A COOPERAÇÃO PORTUGUESA NA ÁREA DA ESTATÍSTICA”

Janeiro de 2010

RECOMENDAÇÕES AO INE-PT

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>A continuação do sucesso da cooperação estatística portuguesa depende do reforço da orientação do INE-PT para a cooperação com os países de expressão portuguesa, (re) assumindo-a como uma das suas principais missões. Em particular, o INE-PT poderia:</p>	<p>INE PT: A Cooperação já é parte integrante da Missão do INE-PT. E neste âmbito, a vertente do exercício da cooperação com os países de expressão portuguesa assume a principal prioridade. O INE é o órgão executor dependendo, em regra, também do financiamento do IPAD.</p> <p>CV: Concordamos, nas recomendações é para nós fundamental que a cooperação estatística portuguesa desempenhe o papel de outros tempos (até 2004) e que haja uma aposta forte no intercâmbio de técnicos, formação de curta e longa duração e introdução de novas áreas de cooperação, mas sobretudo na previsibilidade das acções e de recursos.</p>
<p>1. Reforçar, em conjunto com os demais actores, a aposta na projecção internacional dos resultados da cooperação e promover a introdução de novas áreas de cooperação avançada.</p>	<p>INE PT: O INE participa em <i>fora</i> internacionais e europeus sobre a cooperação estatística, no âmbito dos quais divulga as actividades de cooperação portuguesa realizadas. A introdução de áreas de cooperação avançadas dependerá principalmente dos países parceiros e da capacidade de apropriação de que estes dispõem relativamente aos conhecimentos que são transmitidos. A promoção de novas áreas de cooperação só é possível, desde que os países beneficiários demonstrem capacidade e solidez nos conhecimentos e estruturas de base. Só assim poderão posteriormente adquirir e internalizar novos e mais avançados conhecimentos.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>2. Estudar, em parceria com o IPAD e os INE-PALOP, os mecanismos capazes de permitir uma provisão de recursos técnicos em missões com uma duração adequada para garantir uma boa transmissão de conhecimentos e o acompanhamento dos resultados das acções na componente de aplicação de conhecimentos.</p>	<p>INE PT: Independentemente da duração das missões, seja de técnicos do INE Portugal aos países beneficiários, seja de técnicos destes ao INE Portugal, a transmissão de conhecimentos é sempre efectuada de forma profissional e adequada, seguindo-se-lhe o devido acompanhamento das acções posteriores, ainda que, nalgumas situações, à distância. A ownership dos objectivos a atingir é absolutamente crucial para o sucesso da cooperação. Contudo, é necessário que os países parceiros executem as recomendações dos técnicos do INE Portugal e garantam uma razoável estabilidade dos técnicos nacionais envolvidos.</p>
<p>3. Adequar a disponibilização de recursos humanos à execução, nos <i>timings</i> previstos, das acções de cooperação aprovadas. Para este efeito seria importante:</p> <p>3.1 - Criar condições para que o trabalho dos seus técnicos acomode, em termos de programação de actividades, a participação nos projectos de cooperação, considerando-a igualmente como uma componente de avaliação de desempenho;</p>	<p>INE PT: É de referir que a totalidade dos recursos humanos do INE envolvidos nas acções de cooperação não estão exclusivamente afectos a esta actividade detendo como principal função a produção estatística. No entanto, com o intuito de comprometer os técnicos com a missão do INE na área da Cooperação, esta vertente passou a constituir uma das componentes da sua avaliação de desempenho.</p>
<p>3.2 - Criar condições de maior atractividade/motivação para a participação dos técnicos nestes projectos;</p>	<p>INE PT: O INE rege-se pela legislação aplicável e não tem autonomia para criar incentivos. No passado foram atribuídos incentivos remuneratórios à participação dos técnicos do INE em projectos de cooperação. Actualmente, e dada a impossibilidade legal de continuar a conceder este tipo de incentivos, a participação dos técnicos em projectos de cooperação estatística é reconhecida, como se refere atrás, através da avaliação de desempenho. Poderão eventualmente ser identificados outros mecanismos de atractividade, compatíveis com as leis em vigor. Contudo, a participação em acções de cooperação não está condicionada apenas/sobretudo pela motivação dos técnicos, mas principalmente pela sobrecarga que sobre eles cai, na área da produção estatística. Deve referir-se que o INE não tem, por insuficiência de recursos humanos, técnicos dedicados exclusivamente à Cooperação.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>3.3 - Promover uma gestão mais otimizada dos recursos altamente qualificados nas acções, envolvendo outros técnicos (incluindo os dos PALOP mais avançados e os dos organismos delegados) nas fases de execução e reservando para os primeiros actividades de planeamento e controlo.</p>	<p>INE PT: O INE tem vindo a promover, desde há anos, a cooperação Sul-Sul nos projectos de cooperação que executa. Acresce ainda que os órgãos delegados intervêm em acções de cooperação nas áreas de competência delegadas. Continuará a aprofundar-se o planeamento e controlo das acções de cooperação.</p>
<p>4. Participar na implementação e actualização sistemática do Sistema de Monitorização e Avaliação dos Programas de Cooperação. Deverá assumir um papel preponderante e agregador, quer na estruturação dos indicadores a incluir no sistema, quer na recolha e sistematização dos dados que permitem a actualização periódica dos mesmos.</p>	<p>INE PT: O Sistema de Monitorização e Avaliação dos Programas de Cooperação deve ser implementado em conjunto com o IPAD e com os INE dos PALOP, no âmbito das reuniões das Comissões Coordenadoras da Gestão dos Acordos de Cooperação Estatística. Se a decisão fosse apenas do INE as actividades de cooperação estariam sujeitas à avaliação de qualidade como é normal para as actividades de produção e difusão estatística.</p> <p>CV: É missão de qualquer instituto produzir informações relevantes e oportunas para a tomada de decisão. Tendo em conta todo o know-how, o INE-PT pode dar uma contribuição de qualidade. Para o efeito, torna-se necessário o desenvolvimento de um sistema de seguimento e avaliação a todos os níveis, de forma a termos a garantia de eficácia das acções implementadas.</p>
<p>5. Liderar o processo que conduz a uma gestão mais orientada para os resultados da cooperação com maior co-responsabilização de todos os actores envolvidos. Os resultados a alcançar devem reportar-se a um conjunto de acções (módulos, projectos) que tem, em sede de programação, objectivos e condições de acesso claramente definidos. O acompanhamento dos resultados durante e após a execução dos projectos deve ser efectuado nesta perspectiva, o mesmo acontecendo com a utilização e atribuição da “Reserva de Eficácia”.</p>	<p>INE PT: O processo de definição de planos de acção a médio e longo prazo deve ser acordado entre todos os actores envolvidos. Esta implementação envolverá o relançamento das Reuniões das Comissões Coordenadoras da Gestão dos Acordos de Cooperação Estatística, que devem reunir anualmente, já que é nelas que se definem as bases de cooperação bilateral. Apesar destas Comissões Coordenadoras não reunirem desde 2005, todas as acções realizadas têm tido uma base de programação e definição de objectivos claros, tendo sido assegurado o posterior acompanhamento de resultados. Estas acções são enquadradas, sempre que possível, em Projectos Comuns a todos os PALOP.</p> <p>O INE está a relançar a realização destas reuniões das Comissões Coordenadoras que deverão voltar a reunir já em 2010. A criação da “Reserva de Eficácia” é uma proposta de inovação interessante e que poderia aumentar a eficácia, eficiência e sustentabilidade dos programas de cooperação. Poderia efectivamente funcionar como um incentivo ao desempenho dos países</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	<p>beneficiários, já que constituiria um financiamento adicional para os países com bons resultados alcançados. Contudo, a criação deste instrumento só será possível se o IPAD assegurar os níveis adequados de financiamento.</p> <p>CV: Concordamos totalmente com a recomendação e é fundamental que trabalhem voltados para os resultados e, daí, é fundamental um M&E em todas as acções dos diferentes projectos.</p>
<p>6. Procurar, em conjunto com o IPAD, diversificar as formas de financiamento da cooperação estatística e propor aos restantes actores as áreas de focalização da cooperação nas vertentes bilateral e multilateral.</p>	<p>INE PT: Embora o INE tenha muitas vezes assegurado o financiamento e co-financiamento de acções de cooperação com os PALOP, não poderá continuar a desempenhar esse papel no actual quadro de contenção financeira imposto aos organismos do Estado. A vocação do INE na cooperação estatística é a de executor técnico dos projectos, sendo o IPAD a entidade responsável pelo financiamento dos programas da Cooperação Portuguesa com os PALOP.</p> <p>CV: Concordamos com a recomendação, pois os recursos são parcos e é preciso evitar duplicações, daí que uma boa articulação e coordenação são importantes, e esse papel poderia ser desempenhado pelo IPAD.</p>

RECOMENDAÇÕES AOS PAÍSES PARCEIROS

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>Os beneficiários (INE-PALOP) deverão transformar os seus planos de desenvolvimento estatístico em verdadeiros instrumentos de planificação e assumir, em conjunto com a Cooperação Portuguesa, a responsabilização pelos resultados das intervenções. Em particular, os países beneficiários poderiam, tendo em consideração a situação específica de cada um perante a cooperação nesta área:</p>	<p>CV: Concordamos. Praticamente todos os INE dos PALOP já têm o seu planeamento estratégico elaborado, com o apoio do Paris 21, e deverá ser o instrumento de trabalho.</p>
<p>1. Reforçar a aposta na elaboração de planos de desenvolvimento estatístico, que orientam as acções a desenvolver pelos INE-PALOP em termos anuais e plurianuais, servindo de suporte ao planeamento das acções a realizar com a Cooperação Portuguesa.</p>	<p>CV: Concordamos. Como exposto anteriormente, já existe um plano, em Cabo Verde chama-se Agenda Estatística para o Desenvolvimento e vai até 2012. No nosso caso, não haverá nenhum problema em a partir do plano macro, elaborar um plano anual e plurianual.</p>
<p>2. Participar na implementação e actualização sistemática do Sistema de Monitorização e Avaliação dos Programas de Cooperação.</p>	<p>CV: Estamos de acordo e disponíveis.</p>
<p>3. Os beneficiários deverão, em conjunto com os seus parceiros, partilhar a responsabilização pelos resultados a alcançar pelos Programas de Cooperação. A eficácia, eficiência e sustentabilidade das acções seria reforçada se fossem criadas condições para:</p> <p>3.1 - Reforçar a aposta dos Governos nacionais nos respectivos INE, garantindo a sua independência e autonomia financeira, criando condições para a manutenção e aprofundamento da produção estatística e assumindo a importância da cooperação estatística nos planos de cooperação com Portugal;</p>	<p>CV: Concordamos.</p> <p>CV: Essa recomendação é muito importante. Praticamente todos os INE dependem dos orçamentos do estado. A informação “não tem preço”. O cidadão tem o direito a informação e é o dever do estado garantir esta informação. Daí que, é fundamental essa independência e autonomia financeira e sobretudo previsibilidade de recursos.</p>
<p>3.2 - Promover a participação dos INE-PALOP nas organizações internacionais relevantes nesta área;</p>	<p>CV: A troca de experiência é relevante para os nossos INE, daí que é preciso criar todas as condições para uma participação efectiva nas acções importantes.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>3.3 - Apostar no aumento da formação (básica e avançada) dos actuais técnicos e reforçar a introdução gradual de novos técnicos qualificados, eventualmente através de acordos com universidades e institutos nacionais ou estrangeiros;</p>	<p>CV: A formação é um dos grandes constrangimentos dos INE-PALOP. A experiência do CESD foi relevante e gostaríamos que tivesse continuidade.</p>
<p>3.4 - Aumentar o número de técnicos nas áreas mais deficitárias e garantir a transmissão interna de conhecimentos como forma de combater os efeitos da rotatividade;</p>	<p>-</p>
<p>3.5 - Garantir a permanência dos técnicos altamente qualificados nos institutos (motivação, condições remuneratórias);</p>	<p>CV: É preciso trabalhar, sobretudo numa remuneração justa para os quadros dos INE que são muito solicitados. A causa da mobilidade dos quadros tem a ver sobretudo com o salário. Normalmente, para se ter um bom desempenho na estatística leva-se tempo e é um grande investimento que se faz, e é uma perda a saída de quadro com experiência.</p>
<p>3.6 - Assegurar a continuidade das actividades desenvolvidas no âmbito da cooperação após a conclusão das acções.</p>	<p>CV: Não se pode ter ruptura, daí que é importante ter algum seguimento.</p>

RECOMENDAÇÕES AO IPAD

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>O IPAD assume um papel central no modelo de cooperação e deverá reforçar a sua função de monitorização e de avaliação, sobretudo no que respeita ao alcance dos resultados das acções. Poderia, em particular:</p>	
<p>1. Implementar, em conjunto com os outros actores, um sistema de planeamento plurianual alinhado com as estratégias nacionais dos beneficiários e articulado com os ciclos de programação da Cooperação Portuguesa;</p>	<p>IPAD: Concordamos. Realça-se, contudo, que esta é a regra de base do planeamento de actividades, tendo em vista a sua adequação com os PIC.</p> <p>CV: Concordamos. Se conseguirmos concretizar as acções propostas, estaremos a recentrar o papel da cooperação portuguesa e teremos de certeza uma nova abordagem, voltada para resultados, maior visibilidade e com ganhos evidentes para todos os envolvidos.</p>
<p>2. Reforçar a abordagem estratégica da cooperação e garantir o acompanhamento, em todas as fases do ciclo de cooperação, dos cinco princípios dos compromissos de parceria;</p>	<p>IPAD: Concordamos. O IPAD tem vindo a reforçar a definição e abordagens estratégicas sectoriais e o acompanhamento/monitorização das actividades, quer através da criação de modelos e documentos de orientação, quer através do reforço do <i>reporting</i> e de missões ao terreno.</p>
<p>3. Promover a gestão orientada para os resultados da cooperação e gerir, em conjunto com o INE-PT, a aplicação da “Reserva de Eficácia”.</p>	<p>IPAD: Concordamos. É no desenvolvimento de capacidades que a CP tem vantagens comparativas devendo também ser potenciada a cooperação triangular, uma vez que neste contexto se constituiu uma interessante “bolsa” de quadros capacitados e de conhecimento.</p>
<p>4. Garantir a elaboração de documentos de programação das acções e a apresentação periódica de relatórios de execução.</p>	<p>IPAD: É obrigatória a apresentação de um documento de projecto devidamente fundamentado, calendarizado e orçamentado para ser ponderado um (co-)financiamento pelo IPAD. A apresentação de relatórios de progresso constitui, também, uma obrigação do executor, estando a sua periodicidade dependente do período de execução e volume do projecto concreto.</p>
<p>5. Garantir a implementação, gestão e actualização sistemática do Sistema de Monitorização e Avaliação dos Programas de Cooperação;</p>	<p>IPAD: processo de implementação de uma efectiva gestão por resultados é um objectivo de médio prazo, focando-se nesta fase a atenção na definição de indicadores (nomeadamente de processos) adequados, da criação de metodologias de recolha de dados e de uma cultura de <i>reporting</i> que é aliás um elemento central do acompanhamento dos projectos (co-)financiados pelo</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	IPAD.
6. Proceder à avaliação periódica dos Programas de Cooperação.	
7. Procurar, em conjunto com o INE-PT, diversificar as formas de financiamento da cooperação e, tal como tem sucedido mais recentemente, financiar os custos indirectos (recursos humanos e custos de estrutura) associados à realização das acções por parte do INE-PT.	<p>IPAD: Concordamos ser esta uma recomendação estratégica, que deve ser objecto de trabalho particular. A cooperação no quadro da CPLP poderá ser uma via para a obtenção de novos financiamentos multilaterais.</p> <p>CV: O INE-PT deve desempenhar o papel que desempenhou no passado, com os resultados que todos conhecem. Para o efeito, é fundamental dotar a instituição de condições, e definir o seu papel no domínio da cooperação estatística com os INE-PALOP.</p>

CV – Cabo Verde.